



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO n° 048/2021 - SE
PROCESSO n° 01582/2021

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo **modo de disputa aberto**, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a **aquisição de equipamentos de informática e eletro-eletrônicos, destinados ao atendimento de alunos matriculados em escolas da rede municipal de ensino**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal n° 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal n° 10.520/02, Lei Complementar n° 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar n° 147/2014, Lei Municipal n° 10.214/2002, Lei Municipal n° 12.211/2011, Lei Municipal n° 13.830/2019, Decreto Municipal n° 13.892/2020, Decreto Municipal n° 13.602/2019, Decreto Municipal n° 14.168/2020, Lei Municipal n° 14.159/2021, Decreto Municipal n° 14.350/2021 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: **das 14h do dia 07/06/2021, às 8h50 do dia 17/06/2021;**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 9h do dia 17/06/2021**, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados na SSLICOM, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico <http://www.pjf.mg.gov.br>. **É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado, via e-mail - pregaoeletronico@pjf.mg.gov.br, a retirada do mesmo, para que possam ser comunicadas possíveis alterações que se fizerem necessárias. A subsecretaria não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital.** Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (32) 3690-8188/8187/8492.

Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO nº 048/2021 - SE PROCESSO nº 1582/2021

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo modo de disputa aberto, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 10.214/2002, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto Municipal nº 13.602/2019, Decreto Municipal nº 14.168/2020, Lei Municipal nº 14.159/2021, Decreto Municipal nº 14.350/2021 e demais legislações aplicáveis.

I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária especializada objetivando a **aquisição de equipamentos de informática e eletro-eletrônicos, destinados ao atendimento de alunos matriculados em escolas da rede municipal de ensino**, conforme condições descritas nos Anexos deste Edital.

II - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa com a aquisição do objeto em questão correrá à conta da Dotação Orçamentária: UG - 131100, Classificação Funcional nº 12.361.0002.2089.0361, Fonte de Recursos: 012.202.000, saldo disponível na Dotação.

III - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal de Compras Públicas, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.

3.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. A Administradora do Pregão Eletrônico conjuntamente com a SSLICOM darão sequência ao processo de Pregão.

IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. É vedada a participação de interessados:

4.1.1. que tenham sido declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito para licitar ou contratar com a Administração Pública;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

4.1.2. que se encontrarem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora-MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5546/1978);

4.1.3. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.1.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.1.5. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.1.6. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.1.7. que estejam reunidas em consórcio;

Nota Explicativa: *O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente Edital foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, consignou-se a vedação acima.*

Note-se que "...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P" - TCU Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).

Em todo caso, a Administração deverá fundamentar qualquer opção adotada, vez que "...a vedação de empresas em consórcio, sem que haja justificativa razoável..." pode ser considerada restrição à competitividade do certame (TCU, Ac n. 963/2011-2ª Câmara, Item 9.2.1).

V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
VI - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.4. E-mail para fins de comunicação com o proponente.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.2.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.2.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.2.3. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**.

6.2.4. Os preços unitários ofertados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.

VII – DA HABILITAÇÃO

7.1. Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

7.1.1. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será **de 60 (sessenta)** dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

7.2. Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:

7.2.1. Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.2. Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

7.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de firma individual ou sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.2.4. Declaração de que a proponente não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme **Anexo VI**:

7.2.4.1. Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

7.2.4.2. Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.2.4.3. Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

7.2.4.4. Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

7.2.4.5. E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

7.2.5. Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme **Anexo IV**.

7.2.6. Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo III**.

7.2.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo II**.

7.2.8. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo II**.

7.3. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.3.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

7.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

7.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

7.3.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

7.3.4.2. Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

7.3.4.2.1. Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

7.3.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –



FGTS;

7.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.3.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.3.7.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

7.4. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

7.4.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

7.4.1.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

7.4.1.2. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

7.4.1.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

7.4.1.4. Os documentos relativos ao subitem **7.4.1** deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

7.4.2. A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Liquidez Corrente (LC) expressado da forma seguinte:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

LC maior ou igual a 1(um)

7.4.2.1. O item **7.4.2** é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

7.4.3. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

7.4.3.1. Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

7.4.3.2. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

7.4.4. No caso da empresa apresentar índice contábil de Liquidez Corrente menor que 1(um), porém positivo, é exigida obrigatoriamente a comprovação de possuir Capital Social de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da Contratação, exigência esta prevista nos parágrafos 2º e 3º, do art. 31 da Lei 8.666/93, e devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, e/ou através da apresentação do balanço Patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002.

7.5. Documentos que deverão ser apresentados relativos à qualificação técnica:

7.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

7.6. Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

7.7. A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

7.8. A documentação exigida para atender ao disposto nos itens **7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 7.3 e 7.4.1**, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.9. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

7.9.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

7.9.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

7.9.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

7.9.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.9.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item, implicará na inabilitação do licitante.

7.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

VIII - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O julgamento das propostas será feito pelo menor valor unitário por item de acordo com o especificado no **Anexo I**.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- 8.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser fixado pelo pregoeiro.
- 8.9.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.10.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.11.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.13.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.19.** As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.20. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.21. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.22. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.23.1. no país;

8.23.2. por empresas brasileiras;

8.23.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.23.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.24. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

8.25. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.25.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.25.3. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

IX - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 10 do art. 25 do Decreto Municipal nº 13.892/2020.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Edital, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexecutável.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.4. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.5. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital.

X – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

XI – DO RECURSO

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o Pregoeiro fixará o prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **exclusivamente em campo próprio do sistema**.



11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

XII – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

XIII - DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE COMPRA

13.1. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

13.2. A autoridade competente homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame, convocando o adjudicatário a retirar/receber a Autorização de Compra/Nota de Empenho dentro do prazo de no máximo 03 (três) dias, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto a Unidade Requisitante, podendo substituí-lo por outros instrumentos hábeis, na forma do art. 62 da Lei nº 8.666/93.

13.3. A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a retirar a Autorização de Compra/Nota de Empenho, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

XIV – DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO

14.1. As aquisições serão formalizadas pela assinatura de documento hábil entre o fornecedor e a unidade requisitante, nos termos do art. 62 da Lei nº 8666/93, conforme o caso.

14.2. A(s) Nota(s) de Empenho(s) deverão ser anexadas ao processo de administração da aquisição.

14.3. A licitante vencedora fornecerá somente o objeto relacionado neste Edital.

14.4. A Unidade Requisitante não se responsabilizará pelo fornecimento a terceiros dos objetos contratados, mesmo que adquiridos por seus servidores.

XV - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

15.1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto será realizada pelo Departamento de Execução Instrumental - DEIN/SE ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

15.2. O Departamento de Execução Instrumental-DEIN/SE, de posse do documento fiscal correspondente à aquisição nas condições exigidas, e com a devida atestação, providenciará a liberação do pagamento à contratada.

15.3. O recebimento definitivo do objeto deste edital, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

XVI – DA ENTREGA E DO PRAZO

16.1. Em caso de itens que sejam certificados pelo INMETRO, a certificação será exigida.

16.2. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias**, após o recebimento da respectiva **Nota de Empenho emitida pela Secretaria de Educação/JF**.

16.2.1. Os empenhos serão feitos por escola onde constarão as quantidades de cada item e o endereço das mesmas.

16.3. A entrega deverá ser feita, nesta cidade de Juiz de Fora/MG conforme Tabela do **item 10**, constante do Anexo I - Termo de Referência.

16.5. A entrega do objeto deste instrumento será feita no endereço indicado ao servidor designado para tal fim, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências das especificações.

16.6. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o servidor não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

16.7. O servidor deverá processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a fornecedora para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações, tratando-se, nesse caso, de recebimento provisório.

16.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da fornecedora pela perfeita execução do fornecimento/serviço, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato/autorização de compra, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

XVII - DAS OBRIGAÇÕES

17.1. Da Unidade Requisitante:

17.1.1. Requisitar, por meio do setor pertinente, o fornecimento dos produtos, conforme as necessidades da unidade requisitante, responsável pela fiscalização do fornecimento.

17.1.2. Conferir se o fornecimento do produto está de acordo com o inicialmente proposto, embora o fornecedor seja o único e exclusivo responsável pelo fornecimento nas condições especificadas.

17.1.3. Proporcionar condições ao fornecedor para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

17.1.4. Comunicar ao fornecedor qualquer irregularidade na entrega do produto e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

17.1.5. Solicitar a substituição do produto que não apresentar condições de ser utilizado, mediante comunicação a ser feita pelo setor de compras/responsável da fiscalização.

17.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor.

17.1.7. Impedir que terceiros forneçam o objeto deste Edital.

17.1.8. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

17.1.9. Efetuar o pagamento ao fornecedor por meio de crédito em conta corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, devidamente discriminada e acompanhada de duas vias da correspondente certificação eletrônica emitida através da chave de acesso, www.nfe.fazenda.gov.br.

17.2. Da Sociedade Empresária Vencedora:

17.2.1. Entregar, pelo preço contratado, os produtos objeto deste Edital, segundo as necessidades e requisições da Unidade requisitante.

17.2.2. Entregar o objeto especificado na **Autorização de Compras/nota de empenho**, de acordo com as necessidades e o interesse da Unidade Requisitante, obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas neste Edital.

17.2.3. Responsabilizar-se integralmente pela entrega, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

17.2.4. Atender, de imediato, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do objeto que não atenda ao especificado.

17.2.5. Entregar o objeto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

17.2.6. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do objeto, reservando ao Município o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

17.2.7. Comunicar imediatamente a Unidade Requisitante, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

17.2.8. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da entrega do objeto, seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados.

17.2.9. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da execução do objeto, de forma a eximir a Unidade Requisitante de quaisquer ônus e responsabilidades.

17.2.10. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XVIII – DAS PENALIDADES

18.1. Os casos de inexecução do objeto deste **edital**, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

18.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

18.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

18.3. Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

18.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **18.1**, caberá recurso no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados da intimação.

18.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **18.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

18.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso. no prazo de 05(cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

18.6. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

XIX – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

19.1. O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.

19.2. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

19.3. O pagamento será em até 30(trinta) dias e efetuado pela PJF/Secretaria da Fazenda, creditado em favor da licitante vencedora, através de ordem bancária, contra o estabelecimento bancário indicada na proposta ((BANCO, AGÊNCIA, CONTA-CORRENTE e LOCALIDADE), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente à data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura, junto ao DEIN/SE.

19.4. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias emitidas através do site www.nfe.fazenda.gov.br, digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

19.4.1. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **19.4.** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do edital, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, ao fornecedor, das penalidades previstas.

19.4.2. A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

19.4.3. Quando ocorrer a situação prevista no item **19.4.2.**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

19.4.4. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

19.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

19.5.1. Juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

19.6. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

19.7. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

19.8. No ato de retirada da Nota de Empenho, o fornecedor deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do SIAFEM.

19.9. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

XX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o proponente/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;



20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O proponente/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

XXI – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

21.1. Decairá do direito de impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca dos termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, **por meio eletrônico**, devendo o Pregoeiro decidir sobre a impugnação ou prestar os esclarecimentos no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento desta. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

21.1.1. A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

21.1.2. Decairá também do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois do início da sessão de disputa do Pregão, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

XXII – DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

22.2. A realização do procedimento estará a cargo da **Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, subsecretaria** responsável pelo planejamento, coordenação e gerenciamento do sistema de licitações e contratos no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional e da Administradora do Pregão Eletrônico, entidade contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

22.3. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

22.4. O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

22.5. Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

22.6. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

22.7. É facultado ao Pregoeiro a realização de diligências no curso do procedimento licitatório, bem como, sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, correções de caráter formal.

22.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas e documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

22.7.2. Obriga-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os documentos originais correspondentes em qualquer época que lhe forem solicitados.

22.7.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, em se tratando de amostra, na forma e prazo indicados pelo Pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.

22.8. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.9. O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

22.10. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.11. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

22.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

22.13. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a **SSLICOM/PJF** pelo telefone: (32) 3690-8188/8187/8492, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas, ou através do e-mail **pregaoeletronico@pjf.mg.gov.br**.

22.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.15. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **PJF//SSLICOM**, obedecida a legislação vigente.

22.16. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: **<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>**, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

22.17. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência e Valor Estimado.

Anexo II - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo III - Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.

Anexo IV - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo V – Modelo do Termo de Autorização de Compra.

Anexo VI – Modelo Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 048/2021 - SE

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E ORÇAMENTO ESTIMADO

1. REQUISITANTE

1.1. Secretaria de Educação/JF

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A pretensa contratação será regida pela Lei nº 10.520/02 e Decretos nº 3.555/2000 e nº 4.343/2002, subsidiariamente, pela Lei nº 8.078/90 (CDC), Lei Federal nº 8.666/93, alterada pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98, Lei nº 9.784/99 e pela Lei nº 10.192/2001.

3. OBJETO

3.1. **Aquisição de equipamentos de informática e eletro-eletrônicos, destinados ao atendimento de alunos matriculados em escolas da rede municipal de ensino.**

4. JUSTIFICATIVA

4.1. Justificamos a necessidade da aquisição de equipamentos, destinados às Escolas Municipais, de acordo com o repasse de recursos financeiros, oriundos do convênio entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação e o Município de Juiz de Fora.

4.2. A aquisição segue os padrões normatizados pelo PLANO DE TRABALHO, elaborado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, convênio 1261000803/2020 e 1261000483/2020.

5. RECURSO ORÇAMENTÁRIO

5.1. A despesa com a aquisição do objeto em questão correrá à conta da Dotação Orçamentária: UG - 131100, Classificação Funcional nº 12.361.0002.2089.0361, Fonte de Recursos: 012.202.000, saldo disponível na Dotação.

6. CONDIÇÕES DA AQUISIÇÃO E ENTREGA

6.1. Em caso de itens que sejam certificados pelo INMETRO, a certificação será exigida.

6.2. A entrega dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de **45(quarenta e cinco)** dias, após o recebimento da respectiva **Nota de Empenho emitida pela Secretaria de Educação/JF**.

6.2.1. Os empenhos serão feitos por escola onde constarão as quantidades de cada item e o endereço das mesmas.

6.3. A entrega deverá ser feita, nesta cidade de Juiz de Fora/MG conforme Tabela do **item 10** deste Termo de Referência.

7. HABILITAÇÃO, CRITÉRIO PARA PROPOSTA E SANÇÃO

7.1. As exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas e sanções por inadimplemento serão aquelas previstas neste Termo de Referência, no respectivo edital e, ainda, nos termos da Lei nº10.520/2002 e subsidiariamente na Lei nº 8.666/1993.

8. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.1. Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto será realizada pelo Departamento de Execução Instrumental - DEIN/SE ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

8.2. O Departamento de Execução Instrumental-DEIN/SE, de posse do documento fiscal correspondente à aquisição nas condições exigidas, e com a devida atestação, providenciará a liberação do pagamento à contratada.

8.3. O recebimento definitivo do objeto deste Termo de Referência, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

9. DO PAGAMENTO

9.1 - O pagamento será em até 30(trinta) dias e efetuado pela PJF/Secretaria da Fazenda, creditado em favor da licitante vencedora, através de ordem bancária, contra o estabelecimento bancário indicada na proposta ((BANCO, AGÊNCIA, CONTA-CORRENTE e LOCALIDADE), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente à data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura, junto ao DEIN/SE.

9.2. A nota fiscal deverá ser emitida em moeda corrente do país.

9.3. No caso da não apresentação da documentação de que trata o **item 9.2**, ou estando o objeto em desacordo com as especificações, fica a **Secretaria de Educação/JF** autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à contratada, das penalidades previstas.

9.4. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

10. DO QUANTITATIVO POR ESCOLA

10.1. A entrega, por estabelecimento, deverá ser feita conforme tabela abaixo.

Item	Qde	Escola Municipal	Endereço
01	10	Amélia Mascarenhas	Rua Dr. Maurício Guerra, 300 - São Bernardo CEP: 36.062-140
01	09	Belmira Duarte Dias	Rua Adailton Garcia, 101 - B. JK CEP: 36.070-320
02	01	Amélia Mascarenhas	Rua Dr. Maurício Guerra, 300 - São Bernardo CEP: 36.062-140
02	01	Belmira Duarte Dias	Rua Adailton Garcia, 101 - B. JK CEP: 36.070-320
02	01	Bom Pastor	Rua Luiz Antonio Thomaz, 464 - Cidade Jardim CEP: 36.026-590
02	01	Henrique José de Souza	Rua Cidade do Sol, 370 - Cidade do Sol
02	06	Rocha Pombo	Rua Açaí, 250 – Amazônia CEP: 36.100-000
02	02	Dom Justino	Fazenda Jacutinga – Torreões CEP: 36.017-000
02	10	José Calil Ahouagi	Rua das Marcacitas, 231 - Marilândia CEP: 36.039-290
02	07	Santa Cândida	Rua Jorge Raimundo, s/nº - Santa Cândida CEP: 36.061-420



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

02	01	Santos Dumont	Rua José de Souza Braga, 150- Santos Dumont CEP: 36.038-190
02	02	Murilo Mendes	Rua Leonel Jaguaribe, 240 - Grajaú CEP: 36.052-210
03	01	José Calil Ahouagi	Rua das Marcacitas, 231 - Marilândia CEP: 36.039-290
04	21	Santos Dumont	Rua José de Souza Braga, 150- Santos Dumont CEP: 36.038-190
05	15	José Calil Ahouagi	Rua das Marcacitas, 231 - Marilândia CEP: 36.039-290
05	08	Santa Cândida	Rua Jorge Raimundo, s/nº - Santa Cândida CEP: 36.061-420
05	10	Santos Dumont	Rua José de Souza Braga, 150- Santos Dumont CEP: 36.038-190
06	02	Amélia Mascarenhas	Rua Dr. Maurício Guerra, 300 - São Bernardo CEP: 36.062-140
06	05	Murilo Mendes	Rua Leonel Jaguaribe, 240 - Grajaú CEP: 36.052-210
07	02	Amélia Mascarenhas	Rua Dr. Maurício Guerra, 300 - São Bernardo CEP: 36.062-140
07	01	Rocha Pombo	Rua Açaí, 250 – Amazônia CEP: 36.100-000
07	08	Dom Justino	Fazenda Jacutinga – Torreões CEP: 36.017-000
07	03	Murilo Mendes	Rua Leonel Jaguaribe, 240 - Grajaú CEP: 36.052-210
07	07	Santa Cândida	Rua Jorge Raimundo, s/nº - Santa Cândida CEP: 36.061-420
07	01	Belmira Duarte Dias	Rua Adailton Garcia, 101 - B. JK CEP: 36.070-320
08	01	Belmira Duarte Dias	Rua Adailton Garcia, 101 - B. JK CEP: 36.070-320
09	01	Belmira Duarte Dias	Rua Adailton Garcia, 101 - B. JK CEP: 36.070-320
09	01	Amélia Mascarenhas	Rua Dr. Maurício Guerra, 300 - São Bernardo CEP: 36.062-140
09	01	Murilo Mendes	Rua Leonel Jaguaribe, 240 - Grajaú CEP: 36.052-210
10	01	Rocha Pombo	Rua Açaí, 250 – Amazônia CEP: 36.100-000
10	01	Murilo Mendes	Rua Leonel Jaguaribe, 240 - Grajaú CEP: 36.052-210
10	02	Henrique José de Souza	Rua Cidade do Sol, 370 - Cidade do Sol
10	01	Paulo Japyassu	Rua Sophia Raphael Zacarias, 20- Parque Guarani CEP: 36.047-280
11	15	Bom Pastor	Rua Luiz Antonio Thomaz, 464 - Cidade Jardim CEP: 36.026-590
11	02	Rocha Pombo	Rua Açaí, 250 – Amazônia CEP: 36.100-000
11	12	José Calil Ahouagi	Rua das Marcacitas, 231 - Marilândia CEP: 36.039-290
11	03	Murilo Mendes	Rua Leonel Jaguaribe, 240 - Grajaú CEP: 36.052-210
11	08	Santa Cândida	Rua Jorge Raimundo, s/nº - Santa Cândida



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

			CEP: 36.061-420
11	19	Santos Dumont	Rua José de Souza Braga, 150- Santos Dumont CEP: 36.038-190
11	08	Belmira Duarte Dias	Rua Adailton Garcia, 101 - B. JK CEP: 36.070-320
12	15	Amélia Mascarenhas	Rua Dr. Maurício Guerra, 300 - São Bernardo CEP: 36.062-140
12	14	Paulo Japyassu	Rua Sophia Raphael Zacarias, 20- Parque Guarani CEP: 36.047-280
12	04	Henrique José de Souza	Rua Cidade do Sol, 370 - Cidade do Sol
13	03	Amélia Mascarenhas	Rua Dr. Maurício Guerra, 300 - São Bernardo CEP: 36.062-140
14	01	Henrique José de Souza	Rua Cidade do Sol, 370 - Cidade do Sol

CPL - Comissão Permanente de Licitação
Relação de Materiais Especificados

Página: 1
Data: 30/03/2021

Processo:	Ano:	Diretoria:			Unitário	Estimado
01582	2021	SE				
Item	Qtde	Código	Unidade	Especificação Detalhada		
1	19,00	186140003	Unidade	Nobreak 1200va Convênio SE Deverá ter no mínimo as seguintes características: -Potencia 1200VA; -Forma de onda: senoidal por aproximação; -Correção da tensão de saída em True RMS; -Proteções: proteção contra subtensão, sobretensão, sobrecarga, curto-circuito, sobretemperatura e descarga total da bateria; -Recarga automática das baterias, mesmo com o nobreak desligado; -Permite que o nobreak seja ligado na ausência de rede elétrica; -Leds no painel frontal indicando condições gerais do nobreak; -Botão liga/desliga temporizado para evitar que o nobreak seja desligado acidentalmente; -Tomadas: 6 tomadas de saída 2P + T (norma NBR 14136); -Monovolt: entrada 115-127V e saída 115V; -Garantia: 12 meses do fabricante.	624,5200	11.865,8800
2	32,00	167300006	Unidade	Projektor multimídia Convênio SE -Deverá ter no mínimo as seguintes características: -Resolução Nativa: 800 x 600 pixels; -Brilho: 3.000 ANSI Lumens; -Contraste: 10.000:1; -Durabilidade da Lâmpada: 6.000 horas (modo econômico); -Nível de Ruído máximo: 40 dB (modo normal); -Sinal de Entrada: NTSC, PAL, HDTV; -Entradas: USB, RGB e HDMI; -Controle Remoto; -Conexão de Saída: áudio; -Peso Máximo: 3 Kg; -Alimentação: Bivolt; -Acessórios: Manuais, adaptador de energia e demais acessórios necessários para o pleno funcionamento do equipamento; -Garantia do Fabricante: 12 meses para o projetor e 3 meses para a lâmpada.	2.186,0100	69.952,3200
3	1,00	186150002	Unidade	Switch 16 portas Gigabit Convênio SE Deverá ter no mínimo as seguintes características: -16 Portas Ethernet 10/100/1000BaseT; -Indicação de Porta Ativa; -Fonte de alimentação Bivolt inclusa. -Garantia 12 meses	294,8100	294,8100

CPL - Comissão Permanente de Licitação
Relação de Materiais Especificados

Página: 2

Data: 30/03/2021

4	21,00	186930001	Unidade	Monitor 19.5" LED Convênio SE Deverá ter no mínimo as seguintes características: -Tamanho da tela mínimo de 19.5"; -Resolução mínima: 1600x900 (60 Hz); -Brilho 250 cd/m²; -Taxa de Contraste 1000:1; -Tempo de resposta máximo de 8ms; -Cores 16 milhões; -Sinal de vídeo RGB analógico e Digital; -Alimentação: 100 ~ 240 VAC (50/60HZ); -Fonte interna no monitor; -Cor: predominantemente preto ou prata; -Ergonomia: ajuste de inclinação; -Garantia: 12 meses.	488,8100	10.265,0100
5	33,00	186140004	Unidade	Estabilizador Convênio SE Deverá ter no mínimo as seguintes características: -Potência de 300VA -Microprocessado -Filtro de linha integrado; -4 tomadas de saída -Conexão de entrada: Plugue NBR 14136; -Tensão de entrada: 115V -Tensão de saída: 115V -Alarme sonoro de indicação -Chave liga-desliga embutida e temporizada -Sinalização visual de tensão: Rede normal, Sobretensão, Subtensão e Sobrecarga; -Garantia: 3 anos do fabricante	75,7200	2.498,7600

Relação de Materiais Especificados

Data: 30/03/2021

6	7,00	18610008	Unidade	<p>Tablet 8 polegadas Convênio</p> <p>Deverá ter no mínimo as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Tela: deve possuir tamanho 8 polegadas (diagonal), capacitiva, resolução 1280 x 800 (WXGA); -Processador: 1.8GHz com 4 (quatro) núcleos; -Memória RAM: 2 GB; -Armazenamento interno: 32GB; -Armazenamento externo: 512GB, via cartão de memória (não incluso); -Conectividade integrada ao equipamento: Wi-Fi padrão 802.11 a/b/g/n, 4G, Bluetooth 4.0; GPS (localização); -Recursos das câmaras digitais: câmara frontal com resolução de 2 MP e câmara traseira com resolução de 8 MP, focagem automática; -Recursos de vídeo: gravação em FHD (1080p) 30fps, reprodução MP3, MP4, AVI e MPEG-4, taxa de captura e reprodução de vídeo FHD (1920 X 1080) 30 fps; -Conector de fone de ouvido: tipo estéreo no padrão 3,5 mm; -Bateria: interna e recarregável, 4.100mAh; -Espessura máxima de 9 mm; -Peso máximo: 400 g (quatrocentas gramas) -Funcionalidades: acelerômetro e permitir a mudança da orientação da tela e o bloqueio da posição. -Sistema Operacional: Sistema Operacional projetado especificamente para o Tablet, ser no máximo duas versões anteriores a última disponível no mercado, idioma em Português do Brasil, suporte a configuração de proxy para rede Wi-Fi; -Aplicativos: Agenda, Calendário, Relógio com horário mundial, Alarme, Calculadora, Cronômetro; Softwares para: ebook, visualização de documentos, e-mail POP3/IMAP, navegação web, Wi-Fi, videochamada, reprodução de vídeo e áudio, mensagem instantânea, gravação de vídeo, navegação de mapas. -Acessórios: carregador bivolt, capa de proteção em couro, poliéster, poliuretano ou nylon, em cor preta; -Certificação ANATEL; -Garantia: 12 meses. 	1.065,6500	7.459,5500
7	22,00	186100032	Unidade	<p>Notebook Convênio</p> <p>Deverá ter no mínimo as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Processador: dois núcleos físicos e quadro núcleos virtuais (threads), Memória Cache total de 4MB, suporte a virtualização. Índice de desempenho de 5.000 pontos ou superior, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark (http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php); -Memória RAM: 4GB DDR4 2.400MHz; -Tela LED 15,6" widescreen; -Disco rígido: padrão SATA III 500GB 5400RPM; -Placa de rede com fio: Gigabit padrão RJ45 integrada ou via adaptador USB; -Placa de rede wireless: integrada; -Bluetooth: integrado; -Dispositivo apontador: tipo touchpad; -Teclado: padrão português do Brasil ABNT; -Interfaces: 1 HDMI (no caso de DisplayPort será aceito com o fornecimento, sem custos, do adaptador para HDMI); 03 (três) portas USB integradas sendo pelo menos 01 (uma) USB 3.0; -Gabinete: Deverá possuir WEBCAM integrada HD com microfone; -Alto-falante estéreo embutido; -Bateria: deve proporcionar ao notebook autonomia de no mínimo 3 horas de duração em funcionamento; -Peso máximo incluído a bateria: 2,3Kg; -Fonte bivolt; -Cor: predominantemente Preto ou prata ou cinza, podendo apresentar variações nas tonalidades; -Sistema Operacional: Windows® 10 Home 64 bits versão Português do Brasil pré-instalado; -Garantia: 12 meses. 	2.231,6800	49.096,9600

Relação de Materiais Especificados

Data: 30/03/2021

8	1,00	186110001	Unidade	<p>Impressora Laser monocromática Convênio SE</p> <p>Deverá ter no mínimo as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Função: Impressão monocromática -Tecnologia de impressão: Laser -Velocidade de impressão: 20 ppm -Tempo máximo de saída da primeira página: 12 segundos -Resolução da impressão: Preto 600 x 600 dpi -Dúplex manual; -Memória: 64 MB -Velocidade do processador: 300 MHz -Tipos de mídia suportados: comum, pré-impresso, reciclado, etiquetas, papel cartão, sulfite, envelope; -Gramatura mínima de papel: 63 a 150 g/m2; -Tamanhos de mídia suportados: A4; A5; Ofício; Envelope; 76 x 127 a 216 x 356 mm; -Capacidade de entrada: 100 folhas Padrão; -Capacidade de saída: 50 folhas Padrão; -Frente e verso: Manual; -Bandejas de papel: 01; -Conectividade padrão: Porta USB 2.0; -Sistema operacional compatível: Windows 10 (32/64 bits); -Voltagem: 110V; -Garantia: 12 meses. 	578,4600	578,4600
9	3,00	186110002	Unidade	<p>Multifuncional jato de tinta A4 tecnologia tanque de tinta Convênio SE</p> <p>Deverá ter no mínimo as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Funções: impressão, cópia e digitalização; -Digitalização: base plana; -Velocidade de impressão preto (rascunho, A4): 20 ppm -Velocidade de impressão cor (rascunho, A4): 15 ppm. -Cartuchos de tinta: tipo tanque de tinta (Bulk Ink) integrado de fábrica nas cores: Preto. - Ciano. Magenta e Amarelo. Não serão aceitas adaptações. -Resolução de impressão: 2400 x 1200 dpi; -Resolução óptica: 600 dpi; -Bandeja de entrada para 60 folhas. -Bandeja de saída para 20 folhas. -Tamanho de papel: A4, Carta, Envelopes. -Conectividade: porta USB 2.0; -Requisitos de energia: Bivolt. -Acessórios: Mídias e manuais em português, cabo de energia, cabo USB, 04 garrafas de tinta de inicialização (preta, ciano, magenta, amarela) e demais acessórios necessários para o pleno funcionamento do equipamento. -Sistemas Operacionais compatíveis: Windows 10 (32/64 bits); -Garantia: 12 meses do fabricante. 	1.242,3700	3.727,1100

Relação de Materiais Especificados

Data: 30/03/2021

10	5,00	186110003	Unidade	<p>Multifuncional monocromática A3 Convênio SE</p> <p>Deverá ter no mínimo as seguintes características:</p> <p>-Multifunção: copiadora, impressora e digitalizadora;</p> <p>-Tecnologia: Laser ou superior;</p> <p>-Tamanho do papel: A3;</p> <p>-Características de cópia:</p> <p>a)Tipo de digitalização: base plana;</p> <p>b)Reprodução de documentos em preto e branco;</p> <p>c)Velocidade de cópia: 25 cópias por minuto;</p> <p>d)Tempo de primeira cópia: menor ou igual a 12 segundos;</p> <p>e)Cópia contínua: 999 cópias;</p> <p>f) Resolução de cópia: 600 x 600 dpi;</p> <p>g)Redução e ampliação: 25% a 400%.</p> <p>-Características de impressão:</p> <p>a)Velocidade de impressão: 25 ppm;</p> <p>b)Resolução de impressão: 600 X 600 dpi;</p> <p>c)Linguagem standard de impressora (podendo ser emulada): PCL 5 ou 6 e PostScript nível 3;</p> <p>d)Módulo duplex: permite frente e verso automático tanto na cópia como na impressão.</p> <p>-Características de digitalização</p> <p>a)Tipo de digitalização: base plana;</p> <p>b)Tecnologia de impressão: Laser ou superior;</p> <p>c)Destino da digitalização: Digitalização em cores para o PC, rede e e-mail;</p> <p>d)Velocidade de Digitalização: 25 imagens por minuto (ipm);</p> <p>e)Formatos de arquivos de digitalização: JPEG, PDF, TIFF;</p> <p>-Características gerais:</p> <p>a)Memória: 1024MB;</p> <p>b)Processador: 800 MHz;</p> <p>c)Alimentador de originais: duplex automático com passagem única e capacidade para 50 folhas;</p> <p>d)Gramatura do papel: 60 a 90 g/m²;</p> <p>e)Capacidade de entrada: 600 folhas: sendo a capacidade mínima de 250 folhas para papel A3;</p> <p>f)Capacidade de saída: 100 folhas;</p> <p>g)Operação simultânea: permite digitalizar um arquivo mesmo quando outros trabalhos estão sendo impressos;</p> <p>h)Conectividade: 1 servidor de impressão incorporado 10/100 Ethernet; 1 USB 2.0;</p> <p>i)Tipos de Papel suportados: comum, envelopes, etiquetas;</p> <p>j)Tamanhos de papel: bandeja padrão: A3, A4, A5, A6, carta, ofício, personalizado;</p> <p>k)Sistemas Operacionais compatíveis: Windows 10 / 8.1 / 8 / 7 e Linux;</p> <p>l) Requisitos de energia Voltagem de entrada: 110 até 127 V.</p> <p>Garantia: 12 meses do fabricante.</p>	5.674,6600	28.373,3000
----	------	-----------	---------	--	------------	-------------

Relação de Materiais Especificados

Data: 30/03/2021

11	67,00	186100011	Unidade	<p>Computador completo Convênio SE</p> <p>Deverá ter no mínimo as seguintes características:</p> <p>-Processador: quatro núcleos físicos, Suporte a 64 Bits; Memória cache total de 6MB; com suporte a virtualização e placa de vídeo integrada ao processador compatível com DirectX 12. Índice de desempenho de 8.600 pontos ou superior, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark (https://www.cpubenchmark.net/pt9_cpu_list.php). Não será permitido nenhum tipo de configuração especial para operação da CPU em velocidade superior à especificação de fábrica, seja qual for o motivo (overclocking);</p> <p>-Placa-mãe: 2 slots de memória DDR4; slots de expansão: 01 PCI-E 16x e mais 01 PCI-E x1 ou x4; 06 portas USB sendo no mínimo: 02 portas USB 3.0, 02 interfaces SATA sendo no mínimo uma no padrão 6.0 Gb/s (SATA III);</p> <p>-Memória: total 8GB DDR4 2.400MHz (ou superior) sendo 01 módulo de 8GB;</p> <p>-Disco rígido: SATA III capacidade 1000GB, rotação 7.200rpm e 16MB de cache e tecnologia SMART III;</p> <p>-Gabinete: conectores frontais: 2 (duas) portas USB sendo pelo menos uma do tipo USB 3.0, saída de áudio e entrada de microfone (podendo ser COMBO);</p> <p>-Deve possuir luzes indicativas de operação e atividades do disco rígido; Deve possuir alto-falante interno ao gabinete com potência não inferior a 1W;</p> <p>-Fonte de energia: tensão 110V/220V, potência que suporte a configuração máxima para o equipamento.</p> <p>-Placa de vídeo: onboard mínimo 512MB memória compartilhada, com 02 (dois) conectores digitais (DisplayPort ou DVI ou HDMI) compatíveis com o monitor ofertado, capaz de suportar dois monitores simultâneos e independentes (modo estendido);</p> <p>-Placa de rede: Gigabit;</p> <p>-Placa de som: onboard;</p> <p>-Teclado: padrão USB, com regulagem de altura e/ou inclinação, padrão ABNT-2;</p> <p>-Mouse: óptico padrão USB, no mínimo 3 botões, com botão central com função de rolagem de páginas, 800dpi;</p> <p>-Cores do conjunto: gabinete, monitor, mouse e teclado com a mesma cor. A cor deverá ser predominantemente: Preto ou Prata ou Cinza, podendo apresentar variações nas tonalidades;</p> <p>-Monitor LED: Tamanho da tela mínimo de 19.5", resolução mínima: 1600x900 (60 Hz); Brilho 250 cd/m², Taxa de Contraste 1000:1, Tempo de resposta máximo de 8ms, Cores 16 milhões, Sinal de vídeo RGB analógico e Digital, Alimentação: 100 ~ 240 VAC (50/60HZ), fonte interna no monitor, Cor: predominantemente preto ou prata; Ergonomia: ajuste de inclinação;</p> <p>Cabos: deverão ser fornecidos todos os cabos para o funcionamento do conjunto computador. No caso da conexão do computador com o monitor, deverão ser fornecidos os cabos digitais (DisplayPort ou DVI ou HDMI). Caso sejam necessários, deverão ser fornecidos, sem custos, adaptadores para a conexão do monitor ao computador. Por exemplo: se o monitor apresentar conexão digital DVI e o computador apresentar conexão DisplayPort, o fornecedor deverá fornecer o adaptador DVI para DisplayPort;</p> <p>-Sistema Operacional: Licença do Windows 10 Home 64 Bits versão português do Brasil OEM;</p> <p>-Mídia do Sistema Operacional e Drivers: Deverão ser fornecidas caso não exista imagem de recuperação de fábrica do Sistema Operacional em partição do disco;</p> <p>-Garantia: 12 meses do fabricante do equipamento. Essa garantia deverá cobrir do o conjunto do equipamento (monitor, teclado, mouse e computador (CPU).</p>	1.866,8700	125.080,2900
----	-------	-----------	---------	---	------------	--------------

Relação de Materiais Especificados

Data: 30/03/2021

12	33,00	186100006	Unidade	<p>Computador completo médio desempenho Convênio SE</p> <p>Deverá ter no mínimo as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Processador: seis núcleos físicos, Suporte a 64 Bits; Memória cache total de 9MB; com suporte a virtualização e placa de vídeo integrada ao processador compatível com DirectX 12. Índice de desempenho de 11.000 pontos ou superior, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark (https://www.cpubenchmark.net/pt9_cpu_list.php). Não será permitido nenhum tipo de configuração especial para operação da CPU em velocidade superior à especificação de fábrica, seja qual for o motivo (overclocking); -Placa-mãe: 2 slots de memória DDR4; slots de expansão: 01 PCI-E 16x e mais 01 PCI-E x1 ou x4; 06 portas USB sendo no mínimo: 02 portas USB 3.0, 02 interfaces SATA sendo no mínimo uma no padrão 6.0 Gb/s (SATA III); -Memória: total 4GB DDR4 2.666MHz (ou superior) sendo 01 módulo de 4GB; -Disco rígido: SATA III capacidade 500GB, rotação 7.200rpm e 16MB de cache e tecnologia SMART III; -Gabinete: conectores frontais: 2 (duas) portas USB sendo pelo menos uma do tipo USB 3.0, saída de áudio e entrada de microfone (podendo ser COMBO); -Deve possuir luzes indicativas de operação e atividades do disco rígido; Deve possuir alto-falante interno ao gabinete com potência não inferior a 1W; -Fonte de energia: tensão 110V/220V, potência que suporte a configuração máxima para o equipamento. -Placa de vídeo: onboard mínimo 512MB memória compartilhada, com 02 (dois) conectores digitais (DisplayPort ou DVI ou HDMI) compatíveis com o monitor ofertado, capaz de suportar dois monitores simultâneos e independentes (modo estendido); -Placa de rede: Gigabit; -Placa de som: onboard; -Teclado: padrão USB, com regulagem de altura e/ou inclinação, padrão ABNT-2; -Mouse: óptico padrão USB, no mínimo 3 botões, com botão central com função de rolagem de páginas, 800dpi; -Cores do conjunto: gabinete, monitor, mouse e teclado com a mesma cor. A cor deverá ser predominantemente: Preto ou Prata ou Cinza, podendo apresentar variações nas tonalidades; -Monitor LED: Tamanho da tela mínimo de 19.5", resolução mínima: 1600x900 (60 Hz); Brilho 250 cd/m², Taxa de Contraste 1000:1, Tempo de resposta máximo de 8ms, Cores 16 milhões, Sinal de vídeo RGB analógico e Digital, Alimentação: 100 ~ 240 VAC (50/60HZ), fonte interna no monitor, Cor: predominantemente preto ou prata; Ergonomia: ajuste de inclinação; -Cabos: deverão ser fornecidos todos os cabos para o funcionamento do conjunto computador. No caso da conexão do computador com o monitor, deverão ser fornecidos os cabos digitais (DisplayPort ou DVI ou HDMI). Caso sejam necessários, deverão ser fornecidos, sem custos, adaptadores para a conexão do monitor ao computador. Por exemplo: se o monitor apresentar conexão digital DVI e o computador apresentar conexão DisplayPort, o fornecedor deverá fornecer o adaptador DVI para DisplayPort; -Sistema Operacional: Licença do Windows 10 Home 64 Bits versão português do Brasil OEM; -Mídia do Sistema Operacional e Drivers: Deverão ser fornecidas caso não exista imagem de recuperação de fábrica do Sistema Operacional em partição do disco; -Garantia: 12 meses do fabricante do equipamento. Essa garantia deverá cobrir do o conjunto do equipamento (monitor, teclado, mouse e computador (CPU)). 	2.059,6800	67.969,4400
----	-------	-----------	---------	---	------------	-------------

Relação de Materiais Especificados

Data: 30/03/2021

13	3,00	186100007	Unidade	<p>Computador completo alto desempenho Convênio SE</p> <p>Deverá ter no mínimo as seguintes características:</p> <p>-Processador: seis núcleos físicos, Suporte a 64 Bits; Memória cache total de 12 MB; com suporte a virtualização e placa de vídeo integrada ao processador compatível com DirectX 12. Índice de desempenho de 15.000 pontos ou superior, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark (https://www.cpubenchmark.net/pt9_cpu_list.php). Não será permitido nenhum tipo de configuração especial para operação da CPU em velocidade superior à especificação de fábrica, seja qual for o motivo (overclocking);</p> <p>-Placa-mãe: 2 slots de memória DDR4; slots de expansão: 01 PCI-E 16x e mais 01 PCI-E x1 ou x4; 06 portas USB sendo no mínimo: 02 portas USB 3.0, 02 interfaces SATA sendo no mínimo uma no padrão 6.0 Gb/s (SATA III);</p> <p>-Memória: total 8GB DDR4 2.666MHz (ou superior) sendo 01 módulo de 8GB;</p> <p>-Disco rígido: tipo SSD, capacidade 240GB;</p> <p>-Gabinete: conectores frontais: 2 (duas) portas USB sendo pelo menos uma do tipo USB 3.0, saída de áudio e entrada de microfone (podendo ser COMBO), Deve possuir luzes indicativas de operação e atividades do disco rígido; Deve possuir alto-falante interno ao gabinete com potência não inferior a 1W;</p> <p>-Fonte de energia: tensão 110V/220V, potência que suporte a configuração máxima para o equipamento.</p> <p>-Placa de vídeo: onboard mínimo 512MB memória compartilhada, com 02 (dois) conectores digitais (DisplayPort ou DVI ou HDMI) compatíveis com o monitor ofertado, capaz de suportar dois monitores simultâneos e independentes (modo estendido);</p> <p>-Placa de rede: Gigabit;</p> <p>-Placa de som: onboard;</p> <p>-Teclado: padrão USB, com regulagem de altura e/ou inclinação, padrão ABNT-2;</p> <p>-Mouse: óptico padrão USB, no mínimo 3 botões, com botão central com função de rolagem de páginas, 800dpi;</p> <p>-Cores do conjunto: gabinete, monitor, mouse e teclado com a mesma cor. A cor deverá ser predominantemente: Preto ou Prata ou Cinza, podendo apresentar variações nas tonalidades;</p> <p>-Monitor LED: Tamanho da tela mínimo de 19.5", resolução mínima: 1600x900 (60 Hz); Brilho 250 cd/m², Taxa de Contraste 1000:1, Tempo de resposta máximo de 8ms, Cores 16 milhões, Sinal de vídeo RGB analógico e Digital, Alimentação: 100 ~ 240 VAC (50/60HZ), fonte interna no monitor, Cor: predominantemente preto ou prata; Ergonomia: ajuste de inclinação;</p> <p>-Cabos: deverão ser fornecidos todos os cabos para o funcionamento do conjunto computador. No caso da conexão do computador com o monitor, deverão ser fornecidos os cabos digitais (DisplayPort ou DVI ou HDMI). Caso sejam necessários, deverão ser fornecidos, sem custos, adaptadores para a conexão do monitor ao computador. Por exemplo: se o monitor apresentar conexão digital DVI e o computador apresentar conexão DisplayPort, o fornecedor deverá fornecer o adaptador DVI para DisplayPort;</p> <p>-Sistema Operacional: Licença do Windows 10 Professional 64 Bits versão português do Brasil OEM;</p> <p>-Mídia do Sistema Operacional e Drivers: Deverão ser fornecidas caso não exista imagem de recuperação de fábrica do Sistema Operacional em partição do disco;</p> <p>-Garantia: 12 meses do fabricante do equipamento. Essa garantia deverá cobrir do o conjunto do equipamento (monitor, teclado, mouse e computador (CPU)).</p>	2.765,6300	8.296,8900
----	------	-----------	---------	---	------------	------------



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

14	1,00	167300007	Unidade	Smart TV 70" Especificações técnicas: Voltagem: Bivolt; Cor: Prata ou preta; Potência: 141W; Consumo Standby: <0,5W; TV Backlight D-LED 58" Resolução: UHD (3840 X 2160) Frequência da Tela: 60Hz Potência do Alto-Falante: 12 Wrms x 2, total de 24 Wrms Formato da Tela: 16:9 Sistema de cores: PAL-M, PAL-N, NTSC WIFI e Bluetooth integrado Dolby Audio e Dolby Vision CONEXÕES: Entrada de vídeo e áudio estéreo (RCA)3 entradas HDMI e 1 entrada HDMI (ARC)², total de 4 entradas Entrada RF para TV aberta (Digital e Analógica) e TV à cabo 2 entradas USB 2.0: reproduz filmes, músicas e fotos 1 entrada S/PDIF out Optical 1 entrada Ethernet 1 entrada P2: Para fones e amplificadores	6.490,0000	6.490,0000
----	------	-----------	---------	---	------------	------------

Total Estimado R\$ 391.948,78 (trezentos e noventa e um mil, novecentos e quarenta e oito reais e setenta e oito centavos)



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
PREGÃO ELETRÔNICO nº 048/2021 - SE

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante Sr.(a), portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e 2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 048/2021 - SE

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº, sediada na, cidade de, estado, telefone(s), e-mail para contato, neste ato representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente Edital do **Pregão Eletrônico nº 048/2021**, assim como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 048/2021 - SE

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante o(a) Sr(a)
....., portador da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº, **DECLARA, sob as penas da Lei, em
cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 048/2021 - SE

ANEXO V - MINUTA - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS

Objeto:, de acordo com as especificações, quantidades e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº/20..... e seus Anexos, oriundo do Processo Licitatório nº 0...../20.....

Pelo presente instrumento, composto por duas vias de igual teor e forma, a **Prefeitura de Juiz de Fora**, inscrita no CNPJ sob o nº, através da (UG) neste ato representada pelo seu (gestor) Sr., brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juiz de Fora/MG, nos termos do art. 62 § 2º da Lei nº 8.666/93, **AUTORIZA** a entrega dos materiais abaixo especificados, que serão fornecidos pela Empresa, sediada em, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada por, inscrito no CPF/MF sob o nº

ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS DO OBJETO:

Item	Especificações	Quantidade	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total

Valor Total da aquisição acima especificada: R\$

As condições e obrigações decorrentes do presente Termo de Autorização de Compras, especialmente em relação às obrigações das partes, forma de fornecimento, prazo de entrega, acompanhamento e fiscalização, condições de pagamento, sanções, valores das multas e casos de rescisão, obedecerão ao disposto no Edital do **Pregão Eletrônico nº...../20.....** e seus anexos. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária nº

UG (.....)

De acordo: Empresa

Declaro para os devidos fins que recebi uma cópia da Nota de Empenho nº _____ emitida em favor de minha empresa em ___/___/20....., decorrente da adjudicação e homologação do resultado do **Pregão Eletrônico nº/20.....**, bem como uma via do presente Termo de Autorização de Compras, cujos termos concordo plenamente, dando-lhe o devido cumprimento.

Juiz de Fora,..... de de 20.....

Empresa: _____

CNPJ: _____

.....
Assinatura, qualificação e carimbo



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 048/2021 - SE

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio do seu representante o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.